

## 13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

# ENFERMAGEM

### A ASSISTÊNCIA DE SAÚDE A RECLUSA NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL – CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM

1 Jéssica Fernandes de Senna Nunes (acadêmica do 4º período); 2 Inês Maria Meneses dos Santos (orientadora).

1- Escola de Enfermagem Alfredo Pinto

2- Departamento de Enfermagem Materno-Infantil

Apoio Financeiro:

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Enfermagem Obstétrica.

#### INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu da minha vivência como integrante e militante do grupo feminista “Coletivo de Mulheres UNIRIO”. Durante as discussões realizadas sobre os direitos da mulher, liberdade dos seus corpos e violência contra mulher, pude vivenciar a luta pelos direitos das mulheres e seus interesses. Além de perceber uma lacuna sobre a temática violência contra mulher presidiária, em especial na área de Direitos Humanos da Gestação e Parto. A Enfermagem, por ser uma profissão majoritariamente feminina, tem a necessidade de pesquisar, analisar e discutir sobre o assunto. A partir disso, decidi me aprofundar no assunto para compartilhar e tornar fundamental a discussão sobre o protagonismo da gestante reclusa dentro da área da saúde da mulher. “A mulher aprisionada é a mesma mulher que, fora dos muros da prisão, sofre o aprisionamento histórico social e político de práticas de subordinação e assujeitamento” (WOLFF, 2007, p. 17).

#### OBJETIVO

Traçar o perfil da mulher reclusa no ciclo gravídico puerperal através dos dados oficiais; Analisar a assistência de saúde à mulher reclusa no ciclo gravídico puerperal.

#### METODOLOGIA

O estudo em tela é do tipo análise documental. Conforme Lakatos e Marconi (1991), a pesquisa documental caracteriza-se como uma fonte de coletas de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fonte primária. De acordo com Cardoso e Vainfas (1997), os documentos não são vistos apenas como fonte de informação, mas como algo que pudéssemos analisar, interpretar e compreender, para a produção de novos conhecimentos. Como fontes primárias serão utilizados dados disponíveis no Ministério da Saúde, Secretaria de Administração Penitenciária e Departamento Penitenciário Nacional. Como fonte secundária, pesquisaremos periódicos, dissertações e teses que visem sobre a temática assistência à mulher reclusa no ciclo puerperal, perfil das mulheres gestantes presidiárias, entre outros pertinentes ao assunto.

#### RESULTADOS

A gravidez nas penitenciárias é um fator preocupante dentro da área de saúde pública, pois diante do aumento de mulheres encarceradas torna prioridade a implantação de políticas públicas voltadas a esta temática. Dentre os fatores defendidos pela Comissão de Direitos Humanos da ONU está o das gestantes em situação de prisão: “Mulheres grávidas privadas da sua liberdade devem receber tratamento humanitário e respeito à sua dignidade em todos os momentos que cercam o nascimento e durante o cuidado de seus filhos recém-nascidos; os Estados signatários devem reportar sobre as instalações para assegurar esse direito, e sobre o cuidado médico e de saúde para tais mães e seus bebês” (PASTORAL CARCERÁRIA, 2012). A partir da reflexão das condições de mulheres presidiárias, é posta em questão a relação dos profissionais de saúde com as gestantes que estão em situação de encarceramento. Através do levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional, somente 27,45% dos estabelecimentos exclusivos para mulheres possuem estrutura específica para custódia das mulheres grávidas durante o cumprimento da pena. Com relação ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, existem equipes qualificadas apenas em 23,53% dos estabelecimentos do país e, destes estabelecimentos, 35,29% possuem Ginecologistas e 13,73% possuem Enfermeiros/Enfermeiras (Mulheres encarceradas – Diagnostico Nacional – Ministério da Justiça Departamento Penitenciário Nacional, 2008).

#### CONCLUSÃO

Dado que a má assistência expõe a mulher a agravos e a risco de morte, o estudo tem como justificativa a necessidade de avaliar de que forma é realizada a relação dos profissionais com essas mulheres gestantes, pois, nesse contexto, ela se encontra bastante fragilizada. O desenvolvimento deste tema é de grande relevância, pois sabe-se que a mortalidade materna está diretamente relacionada à deficiência de qualidade dos serviços de saúde, uma vez que, segundo os dados da OMS, as complicações de gestação, parto e puerpério constituem a décima causa de morte em mulheres. A falta de unidades prisionais femininas estruturadas leva a crer que essas mulheres não têm atendidas suas dificuldades, visto que, a gravidez no cárcere coloca a gestante em condições delicadas. (Mulheres encarceradas – Diagnostico Nacional – Ministério da Justiça Departamento Penitenciário Nacional, 2008). A redução da mortalidade materna é uma preocupação mundial e consta como a 5ª meta a ser alcançada na “Declaração do Milênio das Nações Unidas”, cujo lançamento se deu em setembro de 2000, em Nova York e foi assinado por 191 países. (Informe Epidemiológico/Governo do Estado do Ceará, 2013)

O presente estudo pretende contribuir de forma significativa aos estudantes graduandos da área de saúde, pesquisadores da área de Saúde da Mulher e a todos os interessados no tema. Inclusive as próprias gestantes reclusas.



## **13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

### **REFERÊNCIAS**

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2008.
- Brasil. Ministério da Saúde. DATASUS. Conferência Nacional de Saúde. A violência contra a mulher é também uma questão de saúde pública. Belo Horizonte. Disponível em: <[www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violencia\\_contra\\_mulher.htm](http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violencia_contra_mulher.htm)> acesso em: 18 de Fevereiro de 2014.
- BRASIL. Mulheres Encarceradas: Diagnóstico Nacional. Brasília: Ministério da Justiça Federal Departamento Penitenciário Nacional, 2008
- BRASIL. Mulheres Presas: Dados Gerais. Infopen. Ministério da Justiça, 2011
- Minayo, M.C.S.; Souza, E.R. Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2003.
- PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos: Prefácio de Fábio Konder Comparato. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ. Informe Epidemiológico: Mortalidade Materna. Ceará., 2013.
- WOLFF, Maria Palma. Mulheres e Prisão: a experiência do Observatório de Direitos humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Porto Alegre-RS: Editora Dom Quixote, 2007.